

LULA

LIVRE



JA!



Lutar e resistir!

Vivemos tempos de guerra. Guerra de ricos contra pobres. Guerra de empresários contra trabalhadores. Guerra do agronegócio contra camponeses, indígenas e quilombolas. Guerra de latifundiários urbanos contra o povo sem teto. Guerra de especuladores contra aposentados. Guerra de machistas contra as mulheres. Guerra de racistas contra negros e negras. Guerra dos intolerantes contra os LGBT. Guerra de conservadores contra a juventude. Guerra de fascistas contra as liberdades democráticas. Guerra da ignorância contra a educação libertadora. Guerra dos imperialistas contra as nações periféricas. Guerra do capitalismo contra a humanidade. Guerra da morte contra a vida em nosso planeta.

A classe trabalhadora, o povo pobre, camponeses, indígenas, quilombolas, sem teto, aposentados, mulheres, negros e negras, os LGBT, a juventude, os democratas, os povos de todo o mundo precisamos vencer esta guerra. Só assim teremos um mundo em que caibam todas e todos, só assim teremos igualdade, liberdades democráticas, soberania, integração, outro mundo possível, o socialismo. Ou vencemos esta guerra, ou será a barbárie.

Nossos inimigos têm a seu favor o Estado, os grandes meios de comunicação, o poder econômico, a manipulação dos corações e mentes, o imperialismo. Nós, das classes oprimidas e domina-

das, temos a nosso favor a organização. É a organização que nos permite conscientizar, mobilizar, lutar, resistir, é a organização que nos permite, mais cedo ou mais tarde, conquistar o poder para as classes trabalhadoras poderem construir um novo Brasil e um novo mundo.

Quando criminalizam o pensamento de esquerda, reprimem os movimentos sociais, sufocam o sindicalismo, matam Marielle, prendem Lula, tentam cassar a legenda do PT, nossos inimigos buscam inviabilizar a organização da classe trabalhadora. Frente a cada um destes ataques, nossa resposta é e continuará sendo organizar, inclusive e principalmente organizar um partido para tempos de guerra, o Partido dos Trabalhadores e das Trabalhadoras.

Um PT capaz de retomar a confiança da maioria da classe trabalhadora brasileira e dos setores excluídos pela lógica capitalista. Um PT capaz de organizar uma frente política e social de esquerda, para lutar contra o governo Bolsonaro, contra o conjunto das forças golpistas, contra o capitalismo e todas as formas de opressão e dominação. Um PT militante, com centenas de milhares de quadros políticos conscientes do seu papel histórico, atuando no dia a dia dos mais variados espaços, organizando núcleos, setoriais, zonais, sindicatos, associações, movimentos de luta dos mais variados matizes. É

“Quando criminalizam o pensamento de esquerda, reprimem os movimentos sociais, sufocam o sindicalismo, matam Marielle, prendem Lula, tentam cassar a legenda do PT, nossos inimigos buscam inviabilizar a organização da classe trabalhadora. Frente a cada um destes ataques, nossa resposta é e continuará sendo organizar, inclusive e principalmente organizar um partido para tempos de guerra, o Partido dos Trabalhadores e das Trabalhadoras.”

este o PT que precisamos extrair do 7º Congresso.

Para tanto, devemos começar nos libertando de todas as ilusões. A ilusão dos que acreditavam que se a esquerda desistisse da revolução e do poder, a direita desistiria dos golpes e das ditaduras militares. Que se desistíssemos da expropriação dos capitalistas, estes aceitariam

a distribuição de renda e poder. Que se deixássemos de lado o anti-imperialismo, os Estados Unidos e seus aliados aceitariam a integração regional e respeitariam nossa soberania. Que se a esquerda fosse campeã do republicanismo e do “estado de direito”, o outro lado abriria mão do “estado da direita”.

O preço das ilusões, todos sabemos: o golpe de 2016, Lula preso, um cavernícola na presidência, o Brasil e a América Latina regredindo. Apesar disso, há setores que resistem em fazer a autocritica das ilusões!

Dizem que o golpe foi causado porque Dilma não soube “dialogar”; que as forças armadas apoiaram o golpe porque foram “provocadas”; que a condenação e prisão de Lula foram obra apenas de Moro e Dallagnol, não do “partido do judiciário”, do “partido da mídia” (Globo à frente), do “partido dos generais” e do grande Capital; que Haddad seria eleito se atraísse o “centro”; que o governo de Bolsonaro é frágil; que a libertação de Lula depende apenas de convencer este ou aquele juiz; que o grande empresariado já se deu conta de que era feliz e não sabia.

A cada derrota, os semeadores de ilusões buscam novas. Não conseguem perceber que na luta de classes vale a máxima: se queres a paz, prepara-te para a guerra.

Lula pode ser libertado, Bol-

Expediente

Página 13 é um jornal publicado sob responsabilidade da direção nacional da Articulação de Esquerda, tendência interna do Partido dos Trabalhadores. Circulação interna ao PT. Matérias assinadas não refletem, necessariamente, a posição da tendência.

ISSN 2448-0150-186

Direção Nacional da AE: Damarci Olivi/MS, Daniela Matos/DF, Jandyra Uehara/SP, Julio Quadros/RS, Mucio Magalhães/PE, Natalia Sena/RN, Patrick Campos/PE, Valter Pomar/SP. Comissão de ética: Jonas Moreth/DF, titular; Sophia Mata/RN, titular; Rosana Ramos/SP, suplente; Pere Petit/PA, suplente.

Edição: Valter Pomar, Emilio C. M. Font. **Secretaria Gráfica e Assinaturas:** Edma Walker edmawalker@gmail.com

Endereço para correspondência: R. Silveira Martins, 147 conj. 11 - Centro - São Paulo - SP - CEP 01019-000 Acesse: www.pagina13.org.br



sonaro pode ser derrotado, nossos inimigos podem ser divididos, podemos derrotar a direita nas eleições de 2020 e 2022, podemos voltar a governar o país. Mas para isso, só há um caminho: lutar, lutar e lutar. E os que vivem no mundo das ilusões, não conseguem lutar adequadamente.

A luta será mais ou menos longa, a depender do que ocorrer no mundo; das divisões na coalizão golpista; e, principalmente, de nossa capacidade de conscientizar, organizar e mobilizar a classe trabalhadora. É esta capacidade que precisamos extrair do 7º Congresso.

Sendo tão importante, não admira que o 7º Congresso do PT venha sendo palco de muitas batalhas: da democracia contra a fraude; do partido de luta, contra a legenda eleitoral; do partido antissistema, contra a política-gem tradicional e fisiológica; da oposição radical, contra a frouxidão; das reformas estruturais e do socialismo, contra a socialdemocracia e o social-liberalismo.

O 7º Congresso é, também, a batalha contra quem deseja “virar a página do golpe”, se curvar às conveniências, escolher atalhos que terminam em becos sem saída, fazendo péssimos acordos para evitar os riscos inevitáveis de toda boa luta. Em resumo, o



7º Congresso é a batalha entre quem cultiva ilusões e quem semeia esperanças.

Como faz Lula, ao dizer que não fará barganha com sua liberdade!

Fora Bolsonaro, Lula Livre, viva o PT, viva a CUT, viva a classe trabalhadora brasileira! ★

“Lula pode ser libertado, Bolsonaro pode ser derrotado, nossos inimigos podem ser divididos, podemos derrotar a direita nas eleições de 2020 e 2022, podemos voltar a governar o país. Mas para isso, só há um caminho: lutar, lutar e lutar. E os que vivem no mundo das ilusões, não conseguem lutar adequadamente.”



Agenda 2020

Adquira a sua em
editorapagina13.org.br

Página 13



Antares é aqui!

Breve balanço do PED 2019 em São Paulo e as tarefas do 7º Congresso do PT-SP

■ Lício Lobo

O 7º Congresso do PT-SP será realizado nos dias 19 e 20 de outubro num lugar simbólico para o petismo, a sede do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, em São Bernardo do Campo.

Cenário para fortes emoções e boas recordações, afinal foi o lugar onde “tudo começou” lá nos idos do final dos anos 70, quando milhares de metalúrgicos e metalúrgicas decididas e valentes se dispuseram a enfrentar os patrões americanos, alemães, japoneses e suecos das multinacionais da indústria automotiva e desafiaram abertamente a ditadura militar.

Lula tinha então 32 anos quando os braços se cruzaram e as máquinas pararam em maio de 1978 na fábrica da Scania em São Bernardo e a greve rompeu o muro de opressão, violência e silêncio que a ditadura militar havia erguido para sufocar a voz da classe operária.

Depois disso, nada mais foi como antes. O protesto operário deu origem ao PT e à CUT, outra etapa da história do Brasil começou e uma longa trajetória nos levou de volta ao mesmo Sindicato dos Metalúrgicos muitos anos depois, naquele 7 de abril de 2018, dia de outono em que Lula foi preso, não sem resistência por parte dos militantes presentes no sindicato horas depois do culto ecumênico e emocionante assembleia popular realizada na manhã daquela dia.

Pois então, lá se vão mais de 540 longos dias em que Lula é prisioneiro político da classe dominante e o “Lula Livre, Lula

“Na ficção, passada na fictícia Antares, cidadezinha do interior gaúcho, uma greve dos coveiros do cemitério municipal, representando a “ameaça comunista” à ordem estabelecida, tem o condão de unir as duas facções beligerantes da “classe dominante local” ao impedir o sepultamento de sete defuntos como forma de pressionar os patrões. No romance, os mortos ganham vida e passam a vagar pela cidade, cada qual revelando seus segredos e desnudando as mazelas e hipocrisias da sociedade de Antares.”

inocente, Lula presidente!” segue sendo uma das palavras de ordem que sintetizam bem nossas tarefas nesta conjuntura de tragédia social, política, econômica e cultural que vivemos há mais de três anos.

O 7º Congresso do PT-SP que

se reúne neste local de tantas lutas deve ser dedicado fundamentalmente a construir no estado de São Paulo uma perspectiva de luta e organização partidária que nos coloque à altura de derrotar o governo Bolsonaro e retomar o fio da meada da construção de um Brasil democrático e popular, socialista.

Sim, que nos coloque, com o tempo verbal no futuro, porque um balanço honesto do PED 2019 no estado nos diz que são sérios e graves os problemas e as práticas que temos que superar e derrotar para reatar com a tradição de lutas, camaradagem e coesão partidária presentes naqueles tumultuados anos em que surgiu o PT, em que o debate político era acirrado e duro, mas a confiança política era cimentada na luta contra o inimigo de classe e os métodos da democracia operária eram a regra comum.

Uma das bases da democracia operária é o respeito à legalidade partidária a partir da prática honesta de métodos de luta política que sejam reconhecidos como legítimos e construtivos para criar a possibilidade da mais ampla, livre e rica discussão política no interior do partido.

Não por “amor à controvérsia”, mas porque a história já demonstrou à exaustão que esta é a base para a elevação do nível de consciência de classe da militância e para a construção da unidade de ação tão necessária num partido de trabalhadoras e trabalhadores que luta contra poderosos inimigos.

Em que pé estamos no PT-SP em relação a esta questão básica? A verdade é que estamos mal, muito mal. Em muitas cidades a fraude imperou e a realidade se aproximou de um enredo de ficção da literatura do “realismo fantástico”, nos trazendo à mente cenas do romance Incidente em Antares, último livro de Érico Veríssimo, escrito em 1971, plena ditadura militar.

Na ficção, passada na fictícia Antares, cidadezinha do interior gaúcho, uma greve dos coveiros do cemitério municipal, representando a “ameaça comunista” à ordem estabelecida, tem o condão de unir as duas facções beligerantes da “classe dominante local” ao impedir o sepultamento de sete defuntos como forma de pressionar os patrões. No romance, os mortos ganham vida e passam a vagar pela cidade, cada qual revelando seus segredos e desnudando as mazelas e hipocrisias da sociedade de Antares.

Na vida real do PT paulista também os mortos vieram assombrar a vida dos vivos. As fraudes grosseiras chegaram a este ponto em que nomes de companheiros falecidos constaram das assinaturas de listas de votação forjadas simulando a presença de centenas de filiadas e filiados que efetivamente não compareceram à votação, inflando assim de forma fraudulenta a votação da chapa da atual maioria do partido.

O fato é esta situação surreal e inadmissível criou um ambiente de mal-estar e falta de confiança política que só poderá ser superado se o Partido for capaz de fa-

zer o debate necessário e colocar a política no comando. É imprescindível que haja um comprometimento incontestado da direção da CNB de São Paulo com a condenação das fraudes que foram perpetradas. Às vésperas do congresso, quando este artigo está sendo escrito, não há sinais, ao menos aparentes, neste sentido.

O fato é que a votação total inicialmente divulgada do PED 2019 em São Paulo, antes dos questionamentos e votação de recursos, foi de 48.579 votantes em 262 cidades do estado. Compare-se com a votação de 2017, também antes de questionamentos e votação de recursos, que foi de 50.693 em 423 cidades.

Dois fatos importantes e intrigantes aqui: a votação em 2019 ocorreu num número significativamente menor de cidades, numa quebra de quase 40% em relação a 2017 (262/423). Mas ainda assim, e eis aí o outro fato intrigante, mesmo com uma quebra tão significativa no número de cidades, a votação geral foi apenas 4% inferior em 2019 em relação a 2017 (48.579/50.693).

De saída, é incontornável um primeiro elemento de balanço: houve uma regressão da presença orgânica do PT no estado de SP, em muitas cidades o Partido simplesmente deixou de existir, demonstrando a fragilidade da construção política anterior e do modus operandi da CNB principalmente no interior do estado, que “funcionou” enquanto máquina eleitoral e aparato para as disputas internas quando havia as “benesses” do aparelho de es-



Foto: Ricardo Stuckert/ Instituto Lula

tado para cooptar “lideranças”, mas que simplesmente evaporou quando o golpe e a derrota eleitoral de 2018 fecharam estes espaços.

Ora, se em um número bem menor de cidades, a votação geral no estado em 2019 foi quase igual à de 2017, a conclusão lógica seria que o grau de mobilização partidária cresceu muito nas cidades em que o Partido é realmente existente e organizado. Mas isto não corresponde exatamente à realidade: apenas na capital a votação foi expressivamente maior em 2019 (18.048 votos em 2019 e 14.244 votos em 2017), no ABC a votação foi praticamente a mesma, em Osasco foi ligeiramente maior, em Guarulhos foi menor, em Campinas foi menor. Visto de conjunto, há sérios indícios de que em várias cidades do interior a votação tenha sido “inflada” artificialmente através de fraudes das mais variadas modalidades.

Um agravante aqui é que não se trata de uma novidade, mas de uma prática que vai se repetindo temerariamente. Já em 2017, uma fraude sistêmica foi constatada e

comprovada no PED em São Paulo e a própria Executiva Nacional do Partido acatou vários recursos que questionavam votações fraudadas em cidades do interior e em Guarulhos.

Agora, os indícios são de que a prática se estendeu. Diante das evidências mais gritantes como listas de votação com assinaturas de falecidos, de pessoas que declararam não ter votado e de assinaturas grosseiramente forjadas de uma mesma pessoa assinando por vários/várias filiadas/os, a executiva estadual, com votos de parte da própria CNB, se viu constrangida a acatar os recursos interpostos e anular a votação do PED em 15 cidades do estado, dentre elas cidades já governadas pelo PT no passado como Carapicuíba e Suzano. Assim, a votação geral no estado caiu de 48.579 para 45.601 votos (descontados os brancos e nulos a votação resultou em 40.998 votos válidos).

Não foram acatados, porém, recursos relativos a várias votações acima da média estadual com indícios de fraude, em cidades sem tradição de organização

“ De saída, é incontornável um primeiro elemento de balanço: houve uma regressão da presença orgânica do PT no estado de SP, em muitas cidades o Partido simplesmente deixou de existir, demonstrando a fragilidade da construção política anterior e do modus operandi da CNB. ”



do PT e nas quais nem sequer havia disputa pela direção municipal. Com a recusa da executiva nacional do PT em sua reunião de 14/10 de analisar e votar o conjunto dos recursos apresentados, o conjunto do Partido fica privado de levar até o fim os procedimentos necessários para garantir a democracia no seu interior.

Até que ponto um rigoroso exame de todos os recursos seria capaz de alterar significativamente o resultado da votação da direção é uma questão que ficará em aberto.

De todo modo, é tarefa do conjunto do Partido, em especial da CNB, refletir e tomar medidas práticas para evitar que tal tipo de prática se naturalize no nosso partido. É neste contexto que se coloca a tarefa de fazer o balanço do resultado do PED 2019 e debater as tarefas políticas do 7º Congresso do PT-SP.

O quadro no pé da página nos permite fazer uma análise preliminar do resultado do PED 2019 comparativamente ao PED 2017 em São Paulo.

Em 2019 se apresentaram cinco chapas, ao passo que em 2017 foram sete chapas.

A Articulação de Esquerda se apresentou com chapas próprias tanto em 2017 como em 2019 e teve resultados praticamente idênticos em termos relativos em ambos PEDs. Em 2019 a chapa foi votada em 70 cidades, porém a votação foi concentrada em poucas cidades, com 81,34% dos votos nas 10 cidades com maior votação, pela ordem: São Paulo, Diadema, Santo André, São Bernardo do Campo, Campinas, São José dos Campos, São Caetano do Sul, Guaratinguetá, Jundiaí e Ribeirão Pires. A maior votação da chapa da AE foi na cidade de São Paulo com 224 votos.

Em 2019 a CNB e OT/DAP constituíram uma chapa conjunta, ao passo que em 2017 haviam se apresentado em chapas próprias distintas, sendo o resultado da chapa de 2019 muito próximo, apenas 0,77% superior, da soma das duas chapas próprias de cada tendência em 2017. A votação da chapa foi mais distribuída pelas 201 cidades em que foi votada, sendo que em 8 cidades teve mais que 500 votos. As 10 maiores votações da chapa concentraram 66,43% dos votos e foram, pela ordem, nas cidades de São Paulo, Osasco, Diadema, Guarulhos, São Bernardo, Mauá, Santo André, Francisco Morato, Franco da Rocha e São José dos Campos.

Em 2019 as tendências DS, Cidadania Ativa, NR, EPS, Coletivo Guarulhos e MS se apresentaram numa chapa comum e tiveram um resultado significativamente inferior (menos 5,15%) à soma das chapas separadas em que se ha-

viam apresentado em 2017. Esta chapa foi votada em 121 cidades, sendo que teve mais que 500 votos em 2 cidades (capital e Guarulhos). As 10 maiores votações da chapa concentraram 76% dos votos e foram, pela ordem, São Paulo, Guarulhos, Campinas, Itapevi, Sumaré, Mauá, São José do Rio Preto, Hortolândia, Mogi das Cruzes e Santo André.

Em 2019 a tendência Avante apresentou chapa própria e teve resultado estimativamente superior ao resultado de 2017 em que se apresentou em chapa conjunta com as tendências MS e RS. A chapa do Avante foi votada em 142 cidades e teve mais que 500 votos em 1 cidade (capital). Foi a chapa com votação mais distribuída, sendo que as 10 maiores votações concentraram 56,78% dos votos e foram, pela ordem, em São Paulo, Guarulhos, Cubatão, Campinas, Sorocaba, Santo André, Diadema, São José do Rio

PED 2017				PED 2019		
CHAPAS		VOTOS VÁLIDOS	%	CHAPAS	VOTOS VÁLIDOS	%
A ESPERANÇA É VERMELHA EM SP (AE)		1.183	2,68%	EM TEMPOS DE GUERRA, A ESPERANÇA É VERMELHA EM SP (AE)	1.077	2,63%
CONSTRUINDO UM NOVO BRASIL - SÃO PAULO (CNB)		26.180	59,34%	CONSTRUINDO UM NOVO BRASIL COM DIÁLOGO E AÇÃO PE-TISTA (CNB + OT/DAP)	25.950	63,30%
UNIDADE PELA RECONSTRUÇÃO DO PT (OT/DAP)		1.406	3,19%			
MUDAR O PARTIDO - OPOSIÇÃO PRA VALER! (DS + RILLO + CIDADANIA ATIVA)		2.764	6,26%	LULA LIVRE PELA RENOVAÇÃO DO PARTIDO (DS+CIDADA-NIA ATIVA+NR+EPS+COLETIVO GUARULHOS+MS)	7.518	18,34%
OPTEI POR UM PARTIDO ORGANIZADO PELA BASE (NR + EPS)		5.921	13,42%			
RENOVAR O PT PARA TRANSFORMAR O BRASIL (COLETIVO GUARULHOS)		877	1,99%			
PRIMEIRAMENTE FORA TEMER (AVANTE + RS + MS)	MS	800*	1,81%			
	AVANTE	2.495*	5,66%	LULA LIVRE, FORA BOLSONARO: AVANTE (AVANTE)	3.394	8,28%
	RS	2.494*	5,65%	RESISTÊNCIA SOCIALISTA: LULA LIVRE! MUDAR O PARTIDO EM SÃO PAULO (RS)	3.059	7,46%
TOTAIS		44.120	100,00%	TOTAIS	40.998	100,00%

* Votação estimativa, visto que o dado disponível é a votação total da chapa = 5789 votos



Preto, Araras e Jaú.

Em 2019 a tendência Resistência Socialista (RS) apresentou chapa própria e teve resultado estimativamente superior ao resultado de 2017, em que se apresentou em chapa conjunta com as tendências MS e Avante. A chapa da RS foi votada em 116 cidades e teve mais que 500 votos em 1 cidade (capital). As 10 cidades com maiores votações da chapa concentraram 70,48% dos votos e foram, pela ordem: São Paulo. Diadema, Mogi das Cruzes, Mauá, Jandira, Guarulhos, Registro, Ribeirão Preto, Santo André e São José dos Campos.

Em 2019 a capital concentrou quase 38,94% da votação geral do PED, substancialmente superior aos 28,23% de 2017, o que pode ser explicado pela diminuição substancial de cidades do interior do estado que tiveram PED este ano e também pela intensa disputa que se travou pela presidência do PT da capital e pelos diretórios zonais.

Politicamente, apesar de todo aparato que concentra e das votações com indícios de fraude que foram contabilizadas, a CNB não logrou mudar a sua votação de patamar em relação a 2017, ainda que siga mantendo uma folga da maioria de aproximadamente 60% (que chegou em 63,30% devido à sua aliança com OT/DAP).

Cabe ressaltar que a CNB tem a quase totalidade da bancada de deputados estaduais e vereadores da capital (com a exceção de um deputado e um vereador do Novo Rumo), e a mesma proporção se reproduz nas cidades do interior e da região metropolitana. Todo este aparato foi colocado a pleno



vapor para viabilizar este resultado da CNB, ainda que em boa parte das cidades a tendência tenha se apresentado dividida na disputa dos diretórios e presidências municipais, fato que reforça o caráter federativo em torno de interesses eleitorais e parlamentares do seu modo de funcionamento.

Este conjunto de fatores resulta numa baixa capacidade dirigente da direção do Partido sob hegemonia da CNB, o que explica boa parte dos problemas do PT-SP e a dificuldade crônica de lançar as bases para uma oposição efetiva e orgânica ao tucanato em São Paulo, equação complicada agora pelo reforço da extrema direita no estado.

Do ponto de vista da Articulação de Esquerda, seguimos na luta para a construção de um PT paulista à altura dos desafios do momento e em diálogo com todos os setores partidários que estejam dispostos a tirar as lições das derrotas históricas que sofremos, em especial no estado de São Paulo, trabalhando por uma virada estratégica e por uma revolução organizativa no nosso Partido.

São Paulo segue sendo o quartel general do golpe e o centro de

comando das forças do grande capital que querem aniquilar o PT. Precisamos fazer um debate político qualificado que nos prepare para os grandes enfrentamentos de classes que se anunciam. É passada a hora de romper com qualquer ilusão em alianças com setores da burguesia em torno de pretensas bandeiras democráticas que estes setores nunca defenderam nem defenderão. A luta pela democracia é cada vez mais inseparável da luta pelos direitos sociais das classes trabalhadoras e contra a destruição ultraliberal em curso no país.

É responsabilidade do 7º Congresso do PT-SP fazer o debate necessário para colocar nosso Partido à altura destas tarefas, definindo uma linha política e elegendo uma direção capaz de romper com os erros e iniciar uma nova etapa do PT paulista.

Pela liberdade de Lula, para derrotar Bolsonaro e Dória, para seguir em frente na luta por um Brasil socialista, muito precisa mudar no PT-SP e a hora é agora. ★

Licio Lobo é secretário de formação do PT-Diadema, candidato a presidente do PT-SP

“Do ponto de vista da Articulação de Esquerda, seguimos na luta para a construção de um PT paulista à altura dos desafios do momento e em diálogo com todos os setores partidários que estejam dispostos a tirar as lições das derrotas históricas que sofremos, em especial no estado de São Paulo, trabalhando por uma virada estratégica e por uma revolução organizativa no nosso Partido.”



Apresentação de candidatura de Lício Lobo à presidência do PT-SP



Lício Lobo

O PT do estado de São Paulo está chamado a tomar importantes decisões no processo do seu 7º Congresso Estadual. Vivemos tempos de guerra. E em tempos de guerra é fundamental não vacilar diante do inimigo e saber que precisamos concentrar o máximo de nossa força e energia em batalhas que serão decisivas para o futuro da classe trabalhadora em nosso estado.

Defender o PT e o nosso legado será a tarefa central do próximo período. A luta por Lula Livre concretiza esta perspectiva e deve ter papel centrar na atividade do Partido, intimamente colada às mobilizações sociais nas ruas contra os ataques aos direitos sociais conquistados por décadas de lutas das classes trabalhadoras.

Mais que nunca é hora de ganhar as ruas, as fábricas e as periferias, e ao fazê-lo precisamos reinventar nosso Partido, reconquistar a confiança em nós depositada pela classe trabalhadora e recuperarmos a capacidade de encantar as novas gerações forjando um Partido sintonizado com as demandas e anseios da juventude.

Tarefas desta magnitude exigem uma imensa capacidade de construção coletiva, diálogo e disposição de luta. Desde 2005, a Articulação de Esquerda vem defendendo que o Partido dos Trabalhadores aprove e implemente uma nova estratégia. Esta nova estratégia deve ter por objetivo disputar o poder, não apenas o governo. Deve basear-se na auto-organização, mobilização e consciência da classe trabalhadora, não em alianças com setores da classe dominante. E deve ter como objetivo realizar reformas estruturais na sociedade brasileira, numa direção socialista.

Em qualquer caso, desde 2005, mais notadamente depois do segundo turno de 2014 e seguramente depois das três fases do golpe ocorrido entre 2016 e 2018 (impeachment/prisão de Lula/eleição), houve uma alteração profunda nas condições estratégicas que nos permitiram vencer quatro eleições presidenciais seguidas e governar o país por 13 anos.

A classe dominante redirecionou sua ação, retomando a sua forma tradicional de fazer política, sem espaço para conciliações, com um recrudescimento dos ataques às condições de vida das classes trabalhadoras, impondo uma derrota histórica à estratégia de conciliação de classes implementada pelo PT até então.

Esta postura agressiva e ofensiva das classes dominantes teve forte incidência no estado de SP, que sob vários pontos de vista se constituiu no “quartel general” do golpismo. Este processo culminou com a vitória eleitoral de Dória, um tucano ultraliberal associado às forças da extrema direita bolsonarista, talhado sob medida para os objetivos do gran-

“É fundamental que o próximo presidente do PT-SP atue numa perspectiva diferente, aberta à pluralidade das forças partidárias e à valorização do debate político qualificado como método privilegiado da construção da unidade de ação do Partido nas diferentes esferas da sua atuação.”

de capital de aprofundar e mudar de patamar a obra de destruição que o tucanato paulista vem implementando há mais de duas décadas em nosso estado.

Em 2018, o PT teve seu pior desempenho eleitoral em décadas, retornando ao patamar dos anos 80. Trata-se da dupla consumação da derrota de uma estratégia e de uma derrota estratégica, que se expressou no terreno eleitoral, mas que tem raízes em processos sociais mais profundos. Em grande medida, a velha estratégia que foi derrotada no golpe de 2016 foi gestada e difundida para o país a partir de São Paulo.

Aqui sofremos grandes derrotas políticas e eleitorais nos últimos anos, aqui se concentraram os grandes enfrentamentos entre as classes, aqui o grande capital jogou e joga suas cartas decisivas. Mas aqui também estão forças expressivas das classes trabalhadoras que lutam e resistem ao golpe. Não obstante, o

PT SP não se apresentou à altura dos desafios do período, seguindo sob a direção de uma ampla coalizão de forças internas, hegemônicas na prática pela CNB, capaz de constituir uma maioria formal e manter a tradicional “ordem das coisas”, porém incapaz de revolucionar o funcionamento partidário a partir de uma nova estratégia. Lamentavelmente, esta maioria assim conformada se negou até mesmo a aceitar a realização de prévias democráticas com a participação do companheiro Elói Pietá para a definição da candidatura do PT ao governo do estado de SP em 2018, interditando o debate com as bases partidárias.

É fundamental, portanto, que o próximo presidente do PT-SP atue numa perspectiva diferente, aberta à pluralidade das forças partidárias e à valorização do debate político qualificado como método privilegiado da construção da unidade de ação do Partido nas diferentes esferas da sua atuação. Sempre, e agora mais que nunca, é preciso lembrar que nossa história é feita também pelo trabalho anônimo de milhares de militantes, filiados e simpatizantes petistas que acreditaram no sonho de um Brasil justo e soberano.

É hora de resgatarmos e cultivarmos estes sonhos. Precisamos de uma direção partidária representativa desta perspectiva de lutas. É nesta perspectiva que apresentamos a chapa “Em tempos de guerra, a esperança é vermelha em SP”.

E os signatários desta chapa apresentamos aqui o nome do companheiro Lício Lobo como candidato a presidente do PT-SP. Acreditamos que o companheiro Lício Lobo reúne as qualidades e

o perfil necessário para coordenar o trabalho do nosso Partido no estado de SP neste momento fundamental da nossa luta.

Petista de primeira hora, identificado com a construção das nossas gestões em posições estratégicas, foi secretário de habitação e governo nas gestões petistas de Diadema nas décadas de 80 e 90. Arquiteto e urbanista de profissão, é mestre em Planejamento e Gestão do Território

pela UFABC, tendo desenvolvido extensa atividade profissional na gestão pública e na assessoria técnica aos movimentos sociais. Militante partidário desde o início da década de 80, foi dirigente do PT Diadema em diversas gestões, sendo atualmente o secretário de formação política do Partido na cidade. Foi membro da Executiva Estadual do PT-SP e participa ativamente do debate político no Partido.

O companheiro Licio Lobo certamente contribuirá com sua experiência para a construção da unidade partidária e para a presença ativa do PT nas lutas sociais em todas as regiões do estado. Para reatar com a confiança depositada pelos trabalhadores em nosso projeto, será importante despertar em cada trabalhadora e cada trabalhador a chama da esperança, combater o descrédito na política que é inoculado diu-

turnamente pela mídia, defender nosso legado e estar aberto ao novo que é trazido pelas lutas das novas gerações.

Estamos certos de que estas são contribuições fundamentais que o companheiro Licio Lobo poderá cumprir no papel de presidente estadual do PT-SP.

Subscvem os membros da chapa EM TEMPOS DE GUERRA, A ESPERANÇA É VERMELHA EM SP ★

A fórmula da maioria eterna

■ Valter Pomar



Ilustração de Maurits Cornelis (MC) Escher (1898-1972)

A decisão adotada no dia 14/10 pela CEN do PT já tem lugar garantido nos anais da sociologia dos partidos.

Ao invés de cumprir o regulamento e deliberar sobre as centenas de recursos apresentados, questionando desde irregularidades até fraudes, a CEN decidiu proclamar o resultado final e constituir uma comissão para analisar os casos.

Na aparência, uma decisão de apurar. Afinal, em tese a tal comissão poderia confirmar que houve fraudes e até recomendar à direção partidária que puna os criminosos.

Na prática, entretanto, o mais provável é que ocorra o mesmo que já ocorreu com decisão praticamente igual, adotada por unanimidade no sexto congresso. Ou seja: nada.

Com um agravante: antes do sexto congresso, a CEN anulou muitos casos de fraude. Desta vez, a CEN não anulou nenhuma frau-

de. Portanto, os votos fraudados continuarão válidos, contribuindo para eleger desde o diretório zonal até a presidência nacional.

E da próxima vez, no próximo PED, será ainda pior, pois o crime compensa e não é punido.

Aliás, os especialistas em ganhar eleições internas ganharão cada vez mais força nas instâncias partidárias. Que, é bom lembrar, definem como serão aplicados os recursos partidários.

O grupo que controla a CEN acha, pelo visto, que descobriu a fórmula da maioria eterna.

Mas nesta fórmula não há nada de novo. Novos, entretanto, terão que ser os métodos para derrotar quem acha natural adotar práticas burguesas para conquistar maioria num partido de trabalhadores. ★

Valter Pomar é candidato à presidência nacional do PT pela chapa A esperança é vermelha



Elites fazem “movimento em pinça”

Página 13 publica abaixo a análise de conjuntura contida na tese “Em tempos de guerra, a esperança é vermelha”, quando da inscrição da chapa ao DN e da candidatura a presidência nacional do PT



A conjuntura internacional segue tensa. Há dois fatores fundamentais de tensão. Por um lado, crescem os sinais de que pode ocorrer algo de gravidade similar aos fatos de 2008. Por outro lado, a tensão político-militar: no momento, com o foco nas relações entre EUA, Arábia Saudita e Irã. O pano de fundo da tensão segue sendo o conflito entre Estados Unidos e China, em torno da hegemonia mundial. Como parte do ambiente de tensão, operam a extrema direita e o fascismo.

A tensão internacional tem fortes rebatimentos na conjuntura da América Latina. Nos próximos meses teremos três eleições presidenciais importantes: o cenário é promissor para o campo popular, especialmente na Argentina, porém mais complexo no Uruguai e Bolívia. Na Colômbia, o governo estimula o massacre dos antigos guerrilheiros das Farc, perpetrado por organizações paramilitares. A situação segue instável e tensa na Venezuela: por um lado, o governo consegue produzir um acordo com setores da oposição; por outro lado, há uma escalada do conflito fronteiriço com a Colômbia, agravada pela decisão – tomada por uma maioria de governos liderados pela direita — de invocar, contra a República Bolivariana, o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR). De conjunto, a esquerda latino-ameri-

cana enfrenta e seguirá enfrentando uma situação muito diferente daquela aberta entre 1998 e 2003, com a eleição de Hugo Chávez, Lula e Kirchner.

No plano nacional, prossegue a ofensiva do governo e da maioria conservadora do Congresso contra os direitos sociais, contra as liberdades democráticas e contra a soberania nacional. A lista de maldades é longa: a reforma da previdência caminha para ser aprovada no Senado; facilitou-se o porte de armas para os latifundiários; a base de Alcântara está sendo “ofertada” aos Estados Unidos; voltam as privatizações; o ataque contra os direitos trabalhistas e sindicais prossegue; aumentam as ações e ameaças de censura a filmes e outras produções culturais, como o caso do filme Marighela e da Bienal do Rio de Janeiro; até mesmo o autofinanciamento das entidades estudantis por meio da carteirinha da UNE está ameaçado. Como resultado das ações do governo, crescem o desemprego, a informalidade, a miséria, a desassistência por parte dos serviços públicos (destacadamente na saúde), crescem o feminicídio e a violência policial, aumenta o envenenamento por agrotóxicos e as queimadas proliferam na região amazônica e no cerrado.

Por outro lado, a piora nas condições gerais do país e da população reforça e amplia o repúdio ao governo Bolsonaro. Mas isto não deteve, nem derrubou o governo, que demonstra até agora alta resiliência, conseguindo avançar na aprovação de seus projetos e segue tratando, a sua maneira, dos problemas que vão surgindo no seu caminho. A crescente impopularidade do governo não está sendo acompanhada de uma ampliação das mobilizações sociais. Pelo contrário, depois da aprova-

“ O PT é vítima de um “cerco em formato de pinça”. Por um lado, a extrema direita, liderada pelo bolsonarismo, continua operando com o objetivo de liquidar o petismo. Recentemente, Olavo de Carvalho chegou a dizer que o problema do país não é a corrupção, é o Foro de São Paulo; e que todos os partidos a ele ligados, a começar pelo PT, deveriam ser impedidos de funcionar. Por outro lado, a centro-direita busca cooptar setores da esquerda para uma espécie de “bolsonarismo sem Bolsonaro”. ”

ção da reforma da previdência na Câmara dos Deputados, houve um refluxo nas lutas sociais. Há uma dispersão de iniciativas e pautas, uma dificuldade de mobilizar amplas massas, o risco de que votações importantes na Câmara passem inclusive com pouco protesto social. É como se parcelas importantes do povo e da militância não acreditassem ser possível, ao menos neste momento ou por este caminho, deter ou derrotar o governo Bolsonaro. Alguns setores atuam como se determinadas derrotas fossem inevitáveis e contra elas não fosse importante pelo

menos marcar posição.

A piora no ambiente social é acompanhada por crescentes conflitos entre os diferentes setores que apoiaram a eleição de Bolsonaro. Em parte esses conflitos decorrem de diferentes posições existentes no golpismo, por exemplo, entre os que querem destruir toda a institucionalidade prevista pela Constituição de 1988 (vide o tweet de Carlos Bolsonaro, falando da impossibilidade de mudar o país através da via democrática) e os que querem preservar esta institucionalidade (que, diga-se de passagem, foi a mesma que praticou o golpe, viabilizou a prisão de Lula e permitiu a eleição de Bolsonaro).

Frente às ameaças fascistas e de aprofundamento do estado de exceção, na ausência de fortes lutas sociais e na presença de conflitos intergolpistas, uma parte da esquerda brasileira está sendo novamente atraída para a crença de que a crise teria solução “por dentro” da institucionalidade e “através” de alianças com setores de centro-direita. Em todos os partidos de esquerda, se intensifica a movimentação relativa às eleições 2020 e 2022, há novas expectativas de que o STF delibere favoravelmente sobre Lula, cresce a polêmica sobre a natureza da frente (“democrática” ou “popular”?) necessária para derrotar o bolsonarismo.

Nesse contexto, o PT é vítima de um “cerco em formato de pinça”. Por um lado, a extrema direita, liderada pelo bolsonarismo, continua operando com o objetivo de liquidar o petismo. Recentemente, Olavo de Carvalho chegou a dizer que o problema do país não é a corrupção, é o Foro de São Paulo; e que todos os partidos a ele ligados, a começar pelo PT, deveriam ser impedidos de funcionar. Por outro lado, a centro-direita busca



Roberto Parizotti \ Fotos Publicas

cooptar setores da esquerda para uma espécie de “bolsonarismo sem Bolsonaro”. Ciro Gomes voltou a atacar Lula e o PT, deixando claro que com ele (Ciro) na presidência o petismo continuaria a ser tratado como uma quadrilha. Um movimento chamado “Direitos Já” é lançado, com a participação de FHC, Anastasia e outros do gênero, mas sem Lula Livre. Governadores ligados à oposição, como Flávio Dino e Rui Costa, buscam se posicionar como candidatos desta frente “democrática” (uma “democracia” entre aspas, em que o tema da prisão política de Lula é tratado como questão menor).

Tanto a esquerda em geral, quanto o PT, estão divididos entre defensores de duas táticas: os que defendem uma “frente democrática” com a centro-direita e os que defendem uma frente democrático-popular. A rigor, trata-se de polêmica semelhante às ocorridas em outras épocas: participar ou não do Colégio Eleitoral? Assinar ou não a Constituinte? Apoiar ou não o governo Itamar? Naquelas polêmicas, o Partido Comunista do Brasil adotou as posições que está adotando agora, numa atitude de que é coerente com sua visão programática e estratégica, que paradoxalmente reproduz a essência das posições da Declaração de Março de 1958 do antigo PCB.

Já o Partido dos Trabalhadores, que em outras conjunturas optou por demarcar o campo de classe, mesmo que a custo de relativo e passageiro isolamento, hoje está sendo arrastado para a posição de “quinta roda do carro”, na qual endossaria outro “pacto por cima”, legitimaria um novo “pacto das elites”, aprofundando a linha de conciliação de classes que no passado recente conduziu o Partido a pesadas derrotas, aceitando secundarizar as pautas da classe

trabalhadora e dar centralidade à versão descafeinada da chamada “pauta democrática”, onde se fala de democracia sem Lula Livre e sem liberdade de organização popular.

Nossa posição é nítida: na encruzilhada entre uma nova transição conservadora e um duro e difícil enfrentamento, o PT deve liderar o enfrentamento. Se não houvesse outros motivos, bastaria este para justificar a nossa chapa ao DN e nossa candidatura à presidência do Partido.

A situação interna do PT – em que setores importantes defendem posições que, no limite, sacrificam o conjunto do Partido — só pode ser compreendida levando em conta três fatores. Por um lado, o ambiente geral de refluxo das lutas sociais, totalmente diferente do que ocorria nos anos 1980, quando o PT recusou ser aliado subalterno da frente comandada pelos liberais. Por outro lado, a inércia de quase 25 anos (1995-2019) de uma estratégia de centro-esquerda, que leva muitos petistas a tentar repetir o que acham que teria dado certo no passado, sem atentar para o fato de que a história não se repete, salvo como tragédia ou farsa. Hoje, repetir a tática dos anos 1990 seria “dar as mãos” para quem apoiou o golpe contra Dilma, apoiou a condenação e prisão de Lula, apoiou ou lavou as mãos frente à eleição de Bolsonaro e, principalmente, apoia o programa ultraliberal que castiga o povo. Finalmente, como terceiro fator, há o alto nível de institucionalização e burocratização das direções partidárias, o que facilita atitudes de “baixo risco” cujo único objetivo é preservar espaços e cargos.

Nas bancadas parlamentares, nos governos, na tática eleitoral, na campanha Lula Livre e nos movimentos sociais, fica clara a



“**Nossa posição é nítida: na encruzilhada entre uma nova transição conservadora e um duro e difícil enfrentamento, o PT deve liderar o enfrentamento. Se não houvesse outros motivos, bastaria este para justificar a nossa chapa ao DN e nossa candidatura à presidência do Partido**”

existência de duas táticas no interior do PT: a tática de acúmulo de forças através da oposição e do enfrentamento social; e a “tática” de baixar o perfil e esperar a onda passar, mesmo que à custa da capitulação e adaptação, explicando-se assim a fragilidade e dubiedade com que muitas vezes a campanha Lula Livre é tratada por setores da direção petista.

A tática da oposição e do enfrentamento só terá êxito se for respaldada por uma ampla mobilização social. Esta mobilização virá, mais cedo ou mais tarde, e é neste sentido que devemos concentrar nossos esforços e inves-

tir nossas energias. E é com esta orientação que vamos participar dos congressos estaduais e do congresso nacional do PT, assim como do congresso nacional e dos congressos estaduais da CUT.

A batalha pela mudança de rumos do PT, pela superação da estratégia de conciliação, pela elaboração de uma tática e uma ação política capaz de libertar Lula e derrotar o Bolsonaro, passa pela disputa do 7º Congresso do Partido dos Trabalhadores. É para contribuir nisto que inscrevemos a chapa “Em tempos de guerra, a esperança é vermelha” e a candidatura do companheiro Valter Pomar à presidência nacional do Partido.

Nossa chapa e candidatura seguem abertas ao diálogo com todos os setores do Partido que defendem posições semelhantes às nossas. A maioria numericamente “absoluta” que resultou do PED de 8 de setembro, maioria vitaminada por irregularidades e fraudes de diversos tipos, ainda está longe de ser uma maioria política.

Embora coincidam na estratégia, os setores do Partido que “venceram” as eleições internas de 8 de setembro de 2019 estão divididos acerca da tática. Isto ficou evidente na polêmica pública entre Rui Costa, a executiva nacional do PT, o senador Jaques Wagner e o próprio Lula. O senador Wagner achou “totalmente descabida” a resolução adotada pela executiva



nacional contra as posições anti-partidárias do governador Rui. No fundo da polêmica, mais do que uma divergência política, está saber quem deve ter a “última palavra” sobre a posição do PT: as instâncias partidárias ou os mandatários eleitos pelo partido?

Outro exemplo de divisão acerca da tática aparece nas contradições declarações da presidenta Gleisi Hoffmann, de um lado, e do ex-candidato a presidente Fernando Haddad, de outro lado, acerca do movimento “Direitos Já”. Fi-

nalmente, há a política de alianças em 2020: faremos ou não alianças com partidos golpistas? Faremos ou não alianças com partidos que defendem que Lula deve continuar preso? Responder a estas questões é uma das tarefas centrais do 7º Congresso.

Como temos dito desde 2015, vivemos tempos de guerra. O grupo que hoje controla a direção nacional do PT não se preparou para isto. Muito pelo contrário, seguiu adotando uma estratégia equivocada e superada, incapaz de re-

posicionar o PT na nova etapa da luta de classes. Por isto, sofremos derrotas estratégicas entre 2016 e 2018. Hoje seguimos pagando o preço disto. Reverter a situação, libertar Lula, derrotar e derrubar a coalizão golpista, retomar o governo e a caminhada em direção a um Brasil democrático, popular e socialista não é assunto para uma corrida de cem metros, mas sim para uma maratona com obstáculos.

O centro da questão segue sendo colocar a classe trabalhadora

em movimento, em defesa de seus direitos, liberdades, objetivos imediatos e históricos. Fazê-lo depende em boa medida de o PT mudar sua linha política e seu método de funcionamento.

É isto que queremos do 7º Congresso: um PT à altura de conduzir a luta da classe trabalhadora para derrotar o governo Bolsonaro, libertar Lula e construir um Brasil democrático, popular e socialista.


ELAHP
Escola Latino-americana de História e Política

curso
Como domina a classe dominante
novembro

14 QUI 19h-21h	O golpe de 2016 e seus ensinamentos para a esquerda <i>Profª Jandyra Uehara</i>
15 SEX 9h-12h 14h-17h 18h-21h	Classes e luta de classes no Brasil <i>Profª Tatiana Berringer</i>
	A “questão militar” <i>Prof. José Genoíno</i>
	Ideologia, cultura, educação e comunicação <i>Prof. Igor Fuser</i>
16 SÁB 9h-12h 14h-17h 18h-21h	O sistema de justiça <i>Prof. Pedro Serrano (vídeo) e Prof. Sergio Albergaria</i>
	Os setores médios <i>Prof. André Singer</i>
	Papel do Estado e de outros aparatos na dominação <i>Prof. Ubiratan P. Santos</i>
17 DOM	Aula conjunta com o curso: As estratégias das esquerdas brasileiras <i>Ver quadro ao lado</i>

matrículas e informações
www.elahp.com.br

curso
As estratégias das esquerdas brasileiras
novembro

14 QUI 19h-21h	O que é “estratégia”? <i>Prof. Valter Pomar</i>
15 SEX 9h-12h 14h-17h	Estratégias das esquerdas brasileiras, na República Velha. Estratégias das esquerdas brasileiras, no Estado Novo. Estratégias das esquerdas brasileiras, na República Nova. <i>Prof. Jean Sales</i>
16 SÁB 9h-12h 14h-17h	Estratégias das esquerdas brasileiras, na Ditadura Militar. <i>Prof. José Reinaldo</i>
	Estratégias das esquerdas brasileiras, na Nova República. <i>Prof. Wladimir Pomar</i>
17 DOM 9h-12h 14h-17h	Estratégias das esquerdas brasileiras, entre 1989 e 2018. <i>Prof. Valter Pomar</i>
	O debate atual sobre a estratégia. <i>Prof. Valter Pomar</i>



Classe, substantivo feminino

Página 13 publica a contribuição apresentada pela Articulação de Esquerda ao debate sobre a organização sindical das mulheres



No Brasil, através de muitas lutas, as mulheres conquistaram direitos. No entanto, tais conquistas continuam muito aquém da abolição das desigualdades históricas a que estão submetidas numa sociedade capitalista e patriarcal.

Ao longo dos governos do PT de Lula e Dilma, houve melhorias significativas na vida das mulheres, sobretudo das mulheres trabalhadoras.

O golpe contra a presidenta Dilma, a prisão política de Lula e interdição da sua candidatura e a eleição de Bolsonaro abriram um ciclo de retrocessos marcado pela retirada de direitos, ataque às liberdades democráticas e à soberania nacional, perseguição e criminalização da esquerda e dos movimentos sociais, aumento da pobreza, do desemprego e da violência. Tudo isso foi acompanhado de uma contrarreação patriarcal no que diz respeito à cultura, costumes e direitos que vínhamos, por décadas, lutando para serem reconhecidos.

Juntamente com a destruição dos direitos da classe trabalhadora, vemos o ascenso do ultraconservadorismo fundamentalista, que não apenas impede a consolidação de políticas para as mulheres, como promove profundos retrocessos nas conquistas de direitos e na luta pela autonomia feminina, median-

te o reforço da ideologia patriarcal, do controle dos corpos e da vida das mulheres.

Na educação, o projeto Escola sem Partido tem papel fundamental na consolidação de uma ideologia ultraconservadora, prevendo censura à liberdade de expressão e pensamento. A proposta proíbe a discussão sobre violência contra as mulheres e LGBTs, rompe com parâmetros científicos e desafia a barreira do Estado laico.

No capitalismo, a opressão de gênero atinge todas as mulheres. No entanto, a opressão e a exploração de classe atingem também as mulheres trabalhadoras. Assim, uma organização sindical de mulheres deve lutar contra as opressões de gênero e ir além: é necessário lutar também contra a superexploração das trabalhadoras, feita pela classe dos capitalistas e de todos e todas que estejam a seu serviço. A construção de uma sociedade livre do machismo, do racismo, da homofobia e de tantas outras formas de opressão ao mesmo tempo transcende e depende da superação do modo de produção capitalista, da construção de uma sociedade socialista.

O debate sobre as pautas das mulheres trabalhadoras na CUT avançou em relação às formulações que defendiam lutas por “etapas”, isto é, quando se dizia que “primeiro vamos resolver a luta de classes, para depois reivindicar direitos das mulheres”. Há um entendimento, hoje, que ambos os processos precisam ser feitos conjuntamente se quisermos aprofundar e acelerar o processo de organização das mulheres trabalhadoras nos sindicatos, que seguem sendo um instrumento indispensável e insubstituível da luta de classes e de organização das trabalhadoras.

Para isto, as organizações sindicais precisam incorporar as pautas das mulheres com prioridade no programa geral de lutas, sempre articulando classe, raça e gênero como estruturantes da desigualdade social e da superexploração do trabalho.

As opressões se conectam, promovendo graus cada vez maiores de exploração e de pobreza. É somente pautando o que tange a vida concreta que conseguiremos engajar e organizar as mulheres trabalhadoras no movimento sindical.

Para que possamos aumentar a organização das mulheres trabalhadoras no movimento sindical é preciso compreender a sua diversidade e também distinguir o papel do Partido, dos movimentos feministas e do movimento sindical. Embora haja pontos de intersecção e pautas comuns, a organização das mulheres nos sindicatos é uma tarefa insubstituível e fundamental no processo de emancipação e autonomia da classe trabalhadora.

As mulheres da classe dos capitalistas e aquelas que servem aos seus interesses, embora sofram opressão de gênero, tem interesses de classe antagônicos aos das mulheres trabalhadoras. Os feminismos liberais, neoliberais ou identitaristas tentam colocar identidade de gênero acima e/ou de forma antagônica à luta de classes. Para que possamos organizar as lutas das mulheres trabalhadoras contra a exploração de classe e as opressões de raça e gênero é preciso também identificar e combater a influência do feminismo liberal nas nossas organizações.

É fundamental combinar as lutas contra as políticas econômicas e as ideologias que atacam as mulheres trabalhadoras, não encerrando as declarações do governo

Bolsonaro e seus representantes como mera cortina de fumaça. É preciso enfrentar de forma contundente suas políticas conservadoras que são mais uma das inúmeras expressões de um sistema capitalista em crise profunda, que busca atacar os direitos da classe trabalhadora para aumentar os níveis de exploração e opressão. Ao mesmo tempo que se constrói o discurso de negação aos direitos políticos, econômicos e individuais das mulheres, as políticas públicas para estas são destruídas ou estranguladas por falta de verba. Os sintomas disto por todo o país são o encerramento das políticas de combate e prevenção às violências contra as mulheres, e o fechamento de delegacias especializadas e casas de acolhimento às vítimas.

O atual recrudescimento da pauta conservadora contra as mulheres confirma que nos períodos de crise como o que vivemos as classes dominantes reforçam o patriarcado com o objetivo de dividir a classe trabalhadora. É necessário, portanto, que as lutas contra a retirada de direitos, precarização do trabalho, desemprego, pela democracia e a liberdade do Presidente Lula caminhem juntas com as lutas em defesa de um Estado laico, que assegure os direitos políticos, econômicos, sociais, culturais, sexuais e reprodutivos das mulheres, pela descriminalização e legalização do aborto e com as lutas de combate ao racismo, ao machismo e à homofobia. Por isso, a agenda das mulheres cutistas não abre mão da luta por direitos, do enfrentamento ao Governo Bolsonaro e à coalização golpista e da liberdade de Lula.

A antirreforma da previdência atingirá brutalmente a vida das trabalhadoras e de suas famílias. A maioria das mulheres brasilei-



ras (56,9%) são chefes de família e vivem com seus filhos abaixo da linha da pobreza. Muitas estão no mercado informal, tendo a vida laboral instável, porque são as mulheres que têm mais dificuldades de entrar e permanecer no mercado de trabalho formal. Ao aumentar a idade mínima e o tempo de contribuição para o acesso à aposentadoria se desconsidera as jornadas dupla e tripla com o trabalho doméstico.

A Emenda Constitucional 95, que congelou os gastos primários por 20 anos, faz retroceder aceleradamente as políticas de inclusão social, saúde e educação para assegurar o pagamento dos juros da dívida. Entre outros retrocessos que atinge diretamente a vida das mulheres está a inviabilidade da aplicação do Plano Nacional de Educação (PNE) nas metas de atendimento de creche e educação infantil. A falta de creche inviabiliza a inserção das mulheres no mercado de trabalho, ficando reservado a elas postos de trabalhos flexíveis e precários para que consigam conciliar o cuidado dos filhos com o trabalho.

A antirreforma trabalhista, além prejudicar de forma mais intensa quem está em pior condição no mercado de trabalho, também contém dispositivos que atingem gestantes e lactantes comprometendo a saúde das mulheres. Além disso, em relação aos danos morais, as mulheres são prejudicadas também, pois a eventual punição passa a ser proporcional aos salários recebidos, e não mais à severidade do dano. Ou seja, torna-se mais barato assediar mulheres que ganham pouco.

No ano em que a Lei Maria da Penha completa 13 anos, o número de tentativas de feminicídios no Brasil aumentou para 77% no pri-

meiro semestre de 2019 se comparado ao mesmo período do ano anterior. Além disso, temos registrado 180 casos de estupro por dia, atingindo seu maior número desde 2009. Segundo dados de 2019 do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), a maior parte dessas violências acontece dentro do ambiente doméstico. Isso pode ser compreendido a partir de pelo menos três fatores: 1) os índices de violência contra as mulheres tiveram um aumento mediante a redução da qualidade de vida do conjunto das classes trabalhadoras; 2) os cortes orçamentários destinados às políticas voltadas às mulheres, sobretudo após a EC 95, reduziu drasticamente o investimento às políticas de prevenção e combate à violência contra a mulher; e 3) o próprio discurso empregado por Bolsonaro e membros de seu governo, legitimando uma posição de subordinação das mulheres diante dos homens, estimulou os atos de violência e a impunidade. O fato é que leis como a Lei Maria da Penha e a Lei do Feminicídio só tem eficácia em regimes e governos democráticos, com políticas públicas que garantam o acolhimento, segurança e promoção de emprego e renda às mulheres trabalhadoras vítimas de violência.

No mundo do trabalho, apesar do aumento do número de mulheres que ingressam no setor produtivo, a maior parte delas ainda ocupa postos precarizados e de alta vulnerabilidade, principalmente as inseridas no setor informal da economia. Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), a inserção das mulheres (52,7%) em atividades produtivas, ainda é menor que a dos homens (71,5%), que apresentam uma remuneração média 28,8% maior que a das mulheres. Além disso, o rendimen-

to médio das mulheres brancas é 70,5% maior do que o das mulheres negras.

A crise não apenas aumenta a desigualdade social como também a desigualdade entre homens e mulheres, uma vez que são as mulheres que mais sofrem com baixos salários, condições precárias de trabalho, dupla jornada e responsabilização pelo cuidado com filhos, idosos e pessoas com deficiência.

Com o aumento da crise, as mulheres também são as mais atingidas pelo desemprego, com cerca de 27,2% de mulheres jovens desempregadas. Do total de mulheres ocupadas, 23,3% trabalham sem carteira assinada, 23,9% exercem atividades por conta própria ou auxiliares da família. Isto significa que quase metade das mulheres inseridas no mercado de trabalho não está regulamentada.

Seja pela imposição social do cuidado com a família, pelas restrições à uma possível gravidez ou pela atribuição de uma falsa incapacidade física e intelectual, as mulheres têm dificuldades de se manter no trabalho assalariado formal, dominado assim pelos homens. A divisão sexual do trabalho reserva espaços e constrói especificidades para empregar as mulheres que são frutos de uma organização social estruturada no patriarcado. Isto é, criou-se um estereótipo: se considera como atividades femininas aquelas relacionadas ao ambiente doméstico, como os cuidados com a casa e serviços gerais. Hoje, a maior parte das mulheres estão concentradas nas áreas da educação, saúde e serviços sociais (21%), comércio e reparação (19%) e serviços domésticos (14%).

Contraditoriamente, é derivado desta divisão sexual do trabalho o

não reconhecimento dos saberes das parteiras como profissionais especializadas da área de saúde. Do mesmo modo, governos de Temer e Bolsonaro vem descumprindo o Plano Nacional de Saúde, que prevê a ampliação das casas de parto como instituições públicas de saúde na rede do SUS.

Atualmente, um dos setores que mais tem crescido é o do cuidado. A maior parte desse trabalho é informal e de baixa remuneração, fazendo com que muitas mulheres precisem combinar mais de um tipo de atividade laboral para a obtenção de melhores rendimentos. É comum encontrar mulheres que trabalham no cuidado de pessoas, também são revendedoras de cosméticos e outros produtos e ainda são empregadas domésticas – uma combinação de trabalhos precarizados e informais.

A superexploração da força de trabalho das mulheres aparece com muita força na revenda de produtos, como utensílios domésticos e cosméticos para grandes empresas, as quais não garantem nenhum tipo de direito ou benefício. Geralmente, esse tipo de trabalho promove um embaralhamento entre o trabalho, o entretenimento e o consumo, dificultando a compreensão e a consciência da exploração a que estão submetidas.

A existência de famílias cuja única renda é provida por mulheres é uma constante na sociedade brasileira. Muitas destas estão desempregadas ou subempregadas, o que torna fundamental uma política sindical dirigida para a organização dos e das “sem emprego”. Isso significa promover uma organização que hoje engloba milhões de brasileiras e brasileiros, vivendo muitas vezes abaixo da linha da pobreza, sem acesso a quaisquer direitos.

Outro segmento econômico com participação massiva das mulheres é o da agricultura familiar. Boa parte dos alimentos que sustentam a vida da população é produzida em cooperativas de pequenas produtoras e produtores, muitas destas produzindo alimentos orgânicos saudáveis e prezando pela preservação dos recursos naturais. Parte significativa das pessoas organizadas no campo está na base da CUT ou de entidades parceiras. É preciso que haja interlocução permanente entre a luta do campo e da cidade. Embora haja pautas específicas das realidades diversas, em muitas demandas há profundas intersecções, devendo somar forças na luta contra a opressão e a exploração capitalista.

As manifestações do dia 8 de março nos últimos anos mostram o potencial das lutas das mulheres para impulsionar o movimento sindical contra a destruição dos direitos. Englobando a defesa dos direitos das trabalhadoras e da previdência articuladas com pautas específicas, é possível construir momentos importantes de resistência que contribuam para a organização das trabalhadoras em patamares muito superior aos atuais.

Uma das maiores manifestações contra o governo Bolsonaro e contra as políticas implementadas a partir do golpe contra Dilma foi a Marcha das Margaridas em agosto de 2019. Mais de cem mil mulheres, organizadas no campo, na floresta e na cidade foram à capital do país com pauta organizada de reivindicações por melhorias na qualidade de vida, por educação, saúde e segurança e contra as antirreformas da previdência e trabalhista.

Desde a sua fundação, as mulheres se organizam na CUT tanto



Foto Dino Santos

para conquistar espaços de representação e decisão, quanto pela incorporação das suas pautas específicas nas lutas gerais da Central. No entanto, a atual conjuntura nos coloca outra tarefa fundamental: representar e organizar a maioria da classe trabalhadora. Precisamos avançar na representação, organização e na luta das mulheres dos setores organizados pelo movimento sindical, assim como na inclusão, representação, organização e mobilização das mulheres que estão nos setores mais precários e informais da economia.

Para tanto, é preciso priorizar a construção de novas formas e metodologias de trabalho de base em conexão com as mulheres trabalhadoras, elevando o nível de consciência política e a capacidade organizativa, de ação e de luta. Desta forma, propomos a intensificação e/ou a incorporação dos pontos abaixo na política organizativa e no plano de lutas da CUT:

Investir na organização das trabalhadoras dos setores mais precarizados e informais, de acordo com as diretrizes aprovadas no 13º Concut;

Intensificar as ações em parceria com a Secretaria de Formação Política para formação e organização das mulheres da base, assim como formações mistas que visem universalizar a consciência sobre a

realidade, desafios e especificidades que as mulheres trabalhadoras enfrentam no campo, na floresta e na cidade;

Construir metodologias de aproximação, acolhimento e organização das mulheres trabalhadoras nos diversos ramos da economia, no intuito de inseri-las nas organizações sindicais de base;

Construir coletivamente com as Secretarias de Mulheres estaduais uma pauta de luta por direitos para as mulheres que estão trabalhando nos setores precarizados e informais da economia, agregando demandas e diferenças de cada região;

Defender e organizar a luta por um seguro universal da maternidade de pelo menos um salário mínimo durante 6 meses, de modo que todas as mulheres, inclusive aquelas do setor informal e as desempregadas, possam usufruir desse direito;

Construir mecanismos e intermediar o diálogo permanente entre as pautas das trabalhadoras rurais, urbanas e das florestas;

Defender a extensão do Benefício de Prestação Continuada (BCP) também às mulheres que são responsáveis pelo cuidado de filhas e filhos deficientes;

Lutar pelo reconhecimento do

valor econômico e social do trabalho doméstico não remunerado, a exemplo de países vizinhos – como a Venezuela, Bolívia, Equador e República Dominicana – que já incorporam em suas constituições o reconhecimento do valor deste trabalho invisível como atividade econômica que produz riqueza e bem-estar social;

Intensificar e tornar transparente os mecanismos de combate às violências sofridas por mulheres no ambiente sindical, assim como os mecanismos de denúncia e acolhimento destas;

Manter e intensificar a luta pela ampliação do acesso a creches, que permanece sendo o maior déficit de vagas na educação;

Reabrir o debate acerca da organização sindical das mulheres em situação de prostituição/profissionais do sexo, a fim de assegurar o seu direito à organização, reivindicar alternativas à prostituição, bem como construir uma pauta e lutas para a garantia de direitos.

Intensificar e atualizar a campanha “Trabalho Igual, Salário Igual”, buscando a criação de mecanismos e ferramentas de luta concretas no combate à desigualdade salarial entre homens e mulheres. ★